

Atena
Editora
Ano 2021



ESTUDOS ORGANIZACIONAIS: SOCIEDADE E MARKETING E CADEIAS PRODUTIVAS

Clayton Robson Moreira da Silva
(Organizador)

Atena
Editora
Ano 2021



ESTUDOS ORGANIZACIONAIS: SOCIEDADE E MARKETING E CADEIAS PRODUTIVAS

Clayton Robson Moreira da Silva
(Organizador)

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant'Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Gírlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Jayme Augusto Peres – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Daniela Reis Joaquim de Freitas – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Fernando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Fernanda Miguel de Andrade – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federacl do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Welma Emidio da Silva – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Profª Drª Ana Grasielle Dionísio Corrêa – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande

Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Sidney Gonçalo de Lima – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Edna Alencar da Silva Rivera – Instituto Federal de São Paulo
Profª Drª Fernanda Tonelli – Instituto Federal de São Paulo,
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adailson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Profª Ma. Adriana Regina Vettorazzi Schmitt – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Amanda Vasconcelos Guimarães – Universidade Federal de Lavras
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Carlos Augusto Zilli – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa

Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Edson Ribeiro de Britto de Almeida Junior – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atilio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Prof. Me. Francisco Sérgio Lopes Vasconcelos Filho – Universidade Federal do Cariri
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Lilian de Souza – Faculdade de Tecnologia de Itu
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Me. Luiz Renato da Silva Rocha – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos

Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Dr. Pedro Henrique Abreu Moura – Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Rafael Cunha Ferro – Universidade Anhembi Morumbi
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renan Monteiro do Nascimento – Universidade de Brasília
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Estudos organizacionais: sociedade e marketing e cadeias produtivas

Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Maria Alice Pinheiro
Correção: Vanessa Mottin de Oliveira Batista
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizador: Clayton Robson Moreira da Silva

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E82 Estudos organizacionais: sociedade e marketing e cadeias produtivas / Organizador Clayton Robson Moreira da Silva. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-5983-039-8
DOI 10.22533/at.ed.398210405

1. Marketing. 2. Sociedade. I. Silva, Clayton Robson Moreira da (Organizador). II. Título.

CDD 658.8

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

APRESENTAÇÃO

O livro “Estudos Organizacionais: Sociedade e Marketing e Cadeias Produtivas” é uma obra publicada pela Atena Editora e reúne um conjunto de vinte e dois capítulos que abordam diferentes temas no âmbito dos estudos organizacionais.

O debate acadêmico sobre sociedade e marketing, cadeias produtivas e demais fenômenos organizacionais contribui para o avanço e consolidação da ciência da administração, ampliando o conhecimento científico nessa área. Do ponto de vista gerencial, esse debate pode servir de arcabouço para o delineamento de estratégias de gestão e para o processo de tomada de decisões, além de proporcionar aos diversos *stakeholders* uma ampla visão sobre a dinâmica organizacional.

Nesse contexto, este livro emerge como uma fonte de pesquisa robusta e diversificada, que explora os fenômenos organizacionais em sua complexidade por meio de uma coletânea de estudos desenvolvidos em diversos contextos de pesquisa. Assim, sugiro esta leitura àqueles que desejam expandir seus conhecimentos por meio de um material especializado, que contempla um amplo panorama sobre as tendências de pesquisa e aplicação da ciência administrativa.

Além disso, ressalta-se que este livro visa ampliar o debate acadêmico, conduzindo docentes, pesquisadores, estudantes, gestores e demais profissionais à reflexão sobre os diferentes temas que se desenvolvem no âmbito dos estudos organizacionais. Finalmente, agradecemos aos autores pelo empenho e dedicação, que possibilitaram a construção dessa obra de excelência, e esperamos que este livro possa ser útil àqueles que desejam ampliar seus conhecimentos sobre os temas abordados pelos autores em seus estudos.

Boa leitura!

Clayton Robson Moreira da Silva

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
ENTRE O PODER E O VESTIR: A RELAÇÃO ENTRE EMPODERAMENTO E CONSUMO DE <i>SLOW FASHION</i>	
Érica Maria Calíope Sobreira	
Clayton Robson Moreira da Silva	
Cláudia Buhamra Abreu Romero	
DOI 10.22533/at.ed.3982104051	
CAPÍTULO 2	16
A METÁFORA CONTEXTUAL VISUAL COMO RECURSO SEMIÓTICO DA MARCA NA PROJEÇÃO DE VALORES	
Carmina Silvestre	
Gorete Marques	
DOI 10.22533/at.ed.3982104052	
CAPÍTULO 3	30
INSPIRE: METODOLOGIA PARA GESTÃO DE MARCAS A PARTIR DO SEU DNA CORPORATIVO	
Gustavo Hansel	
Jaime Andres Gomez Quezada	
DOI 10.22533/at.ed.3982104053	
CAPÍTULO 4	44
A INVISIBILIDADE DO NEGRO (A) NA MÍDIA E PROPAGANDA BRASILEIRA	
Salvador de Souza Freitas	
Valéria de Fátima Ribeiro Gomes	
DOI 10.22533/at.ed.3982104054	
CAPÍTULO 5	56
A IMPORTÂNCIA DO MARKETING PARA UM CONTADOR	
Livia Monteiro de Rezende	
DOI 10.22533/at.ed.3982104055	
CAPÍTULO 6	74
CONSIDERAÇÕES DE MARKETING E FINANÇAS SOBRE O CICLO DE VIDA DO PRODUTO (CVP)	
Edmir Kuazaqui	
Luis Antonio Volpato	
José Palandi Júnior	
DOI 10.22533/at.ed.3982104056	
CAPÍTULO 7	86
ESTRATÉGIAS DE GESTÃO DE PESSOAS NA DISSEMINAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA INOVAÇÃO NAS EMPRESAS DE BASE TECNOLÓGICA - EBTs	
Antonio Geraldo Ferreira da Silva Filho	

Alba Zucco

DOI 10.22533/at.ed.3982104057

CAPÍTULO 8..... 102

LIDERANÇA DO GESTOR NO MONITORAMENTO DO FATURAMENTO NOS SETORES DE URGÊNCIA/EMERGÊNCIA NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE: PROPOSTA DE UM ROTEIRO PARA AUXILIAR O GESTOR

Chennyfer Dobbins Abi Rached

Denise Mathias

DOI 10.22533/at.ed.3982104058

CAPÍTULO 9..... 115

O RETORNO DO INVESTIMENTO NA GESTÃO DO CONHECIMENTO COM FOCO NO CAPITAL HUMANO

Marta Silva Neves

Mônica Pagno da Silva da Rosa

Patrícia de Sá Freire

DOI 10.22533/at.ed.3982104059

CAPÍTULO 10..... 128

CAPITAL DE GIRO E DESEMPENHO FINANCEIRO: ESTUDO DE CASO EM UM TERMINAL PORTUÁRIO PRIVADO

Rodrigo Munhoz dos Santos

Fernando Rafael Cunha

DOI 10.22533/at.ed.39821040510

CAPÍTULO 11..... 149

PERFIL DA EMPREENDEDORA DE PEQUENOS NEGÓCIOS: UM OLHAR A PARTIR DA REALIDADE DA CIDADE DE FEIRA DE SANTANA (BA)

Yasmin Portugal Makhoul

Jader Cristino de Souza-Silva

Neylla Carolina Pamponet de Almeida

DOI 10.22533/at.ed.39821040511

CAPÍTULO 12..... 176

PROGRAMA BOM NEGÓCIO PARANÁ: A CONTRIBUIÇÃO DO NÚCLEO DA UNIOESTE MARECHAL CÂNDIDO RONDON PARA CAPACITAÇÃO DE EMPREENDEDORES

José Angelo Nicacio

Liliane Dalbello

DOI 10.22533/at.ed.39821040512

CAPÍTULO 13..... 186

AVALIAÇÃO EXTERNA E DESENVOLVIMENTO DA APRENDIZAGEM – EXPERIÊNCIA DE INTERVENÇÃO DE 2013 A 2019, EM UMA ESCOLA DA REDE ESTADUAL DE PERNAMBUCO

Adna Maria Rodrigues

Maria Auxiliadora de Araújo Santana

DOI 10.22533/at.ed.39821040513

CAPÍTULO 14.....	198
DE ENGENHEIRO A PROFESSOR DE ENGENHARIA: DAS HABILIDADES PROFISSIONAIS AO DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS EM ENSINO PARA A APRENDIZAGEM	
Lucília Panisset Travassos	
Francisco Antônio Pereira Fialho	
Christianne Coelho de Souza Reinish Coelho	
DOI 10.22533/at.ed.39821040514	
CAPÍTULO 15.....	210
BUROCRACIA E QUALIDADE EM SERVIÇOS PÚBLICOS: UM ESTUDO EM UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA	
Ulisses Medeiros Barbosa Leite	
Joaquim Monteiro Reis Pacheco	
Elton Gonçalves Veras	
Italo Simplicio de Freitas Paiva	
DOI 10.22533/at.ed.39821040515	
CAPÍTULO 16.....	225
DESIGUALDADE SOCIOECONÔMICA E INCLUSÃO EDUCACIONAL: UMA ANÁLISE À LUZ DOS PARADIGMAS BUROCRÁTICOS	
Lara Farah e Lucciola	
Bruno Domenegueti Barreira	
DOI 10.22533/at.ed.39821040516	
CAPÍTULO 17.....	240
EFICIÊNCIA NO PREGÃO ELETRÔNICO: UM ESTUDO SOB A PERSPECTIVA DA CELERIDADE	
Milton Proença Junior	
Sibéli de Fátima Ferraz Simão Proença	
Rogério Allon Duenhas	
DOI 10.22533/at.ed.39821040517	
CAPÍTULO 18.....	253
PANORAMA GERAL DA REPRESENTATIVIDADE DOS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS NA ECONOMIA DOS MUNICÍPIOS MINEIROS	
Elaine Aparecida Teixeira	
Letícia Pereira de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.39821040518	
CAPÍTULO 19.....	265
O MODELO <i>RES QUALITAS</i> DE SISTEMA DE GESTÃO INTEGRADO NA JUSTIÇA ELEITORAL QUE INCORPORA A GESTÃO DA QUALIDADE, A GESTÃO POR COMPETÊNCIAS E A GESTÃO DO CONHECIMENTO: ESTUDO DE CASO	
Luciano Gonzaga Vanderley	
DOI 10.22533/at.ed.39821040519	

CAPÍTULO 20.....	280
O CAMPO DE ESTUDO SOBRE CLUSTERS NO BRASIL	
Matheus de Mello Barcellos	
Paulo Cassanego Junior	
DOI 10.22533/at.ed.39821040520	
CAPÍTULO 21.....	293
AS ESTATÍSTICAS DO DEPARTAMENTO DE ECONOMIA RURAL E SUA RELEVÂNCIA PARA A AGRICULTURA FAMILIAR	
Hillary Mariane Lapas Fujihara	
Karine Daniele Byhain de Souza	
Ronaldo José Seramim	
Elza Hofer	
DOI 10.22533/at.ed.39821040521	
CAPÍTULO 22.....	309
A INFLUÊNCIA DO FUNCIONAMENTO E DA COMERCIALIZAÇÃO DOS PRODUTOS DA CENTRAL DE ABASTECIMENTO DO PARÁ	
Victor Cesar da Silva Oliveira	
Lucas Viana Vieira da Silva	
Luana Vanessa da Silva Chaves	
Milena Carvalho dos Santos	
André Luis Sousa da Costa	
Lucas Henrique da Silva e Silva	
Jessica Sueli Pereira da Silva	
João Lucas Sauma Alvares	
Patricia Ferreira Muribeca	
Leticia Maria Viana Negrão	
Murilo Santos de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.39821040522	
SOBRE O ORGANIZADOR.....	318
ÍNDICE REMISSIVO.....	319

PANORAMA GERAL DA REPRESENTATIVIDADE DOS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS NA ECONOMIA DOS MUNICÍPIOS MINEIROS

Data de aceite: 28/04/2021

Data de submissão: 05/02/2021

Elaine Aparecida Teixeira

Universidade Federal do Sul e Sudeste do
Pará- UNIFESSPA
Rondon do Pará - Pará
<http://lattes.cnpq.br/4968298512847951>

Letícia Pereira de Souza

Universidade Federal de Viçosa- UFV
Viçosa – Minas Gerais
<http://lattes.cnpq.br/5511572165814694>

RESUMO: Este artigo teve como objetivo analisar a participação dos benefícios previdenciários do RGPS na economia dos municípios mineiros nos anos de 2005, 2010 e 2015. Para tal, tornou-se relevante compreender o sistema previdenciário brasileiro após a Constituição Federal de 1988 e o cenário econômico que está inserida a pesquisa. Em termos metodológicos, realizou-se uma análise descritiva ao longo da década estudada, averiguando a representatividade dos benefícios previdenciários em relação ao PIB municipal. Observou-se agrupamentos distintos de representatividade da previdência, os quais foram georreferenciados nos mapas das mesorregiões mineira. Para confirmar as diferenças dos principais agrupamentos apresentados nos mapas, aplicou-se um teste de média não paramétrico *Mann-Whitney*. Os principais resultados demonstraram que os municípios que mais dependem da

previdência social são aqueles que possuem baixa capacidade industrial e reduzida taxa de emprego formal, além de apresentarem elevada dependência da Administração Pública Municipal.

PALAVRAS-CHAVE: Benefícios Previdenciários; Economia; Municípios de Minas Gerais.

GENERAL OVERVIEW OF THE REPRESENTATIVENESS OF SOCIAL SECURITY BENEFITS IN THE ECONOMY OF MINAS GERAIS MUNICIPALITIES

ABSTRACT: This article aimed to analyze the participation of RGPS social security benefits in the economies of Minas Gerais municipalities in the years 2005, 2010 and 2015. To this end, it became relevant to understand the Brazilian social security system after the 1988 Federal Constitution and the economic scenario that the survey is inserted. In methodological terms, a descriptive analysis was carried out over the studied decade, verifying the representativeness of social security benefits in relation to the municipal GDP. It was observed different groups of representativeness of social security, which were georeferenced on maps of the mesoregions of Minas Gerais. To confirm the differences of the main groupings presented on the maps, a Mann-Whitney non-parametric mean test was applied. The main results showed that the municipalities that depend most on social security are those that have low industrial capacity and reduced rate of formal employment, in addition to being highly dependent on the municipal Public Administration.

KEYWORDS: Social Security Benefits; Economy; Municipalities of Minas Gerais.

1 | INTRODUÇÃO

A Previdência Social brasileira constitui-se como uma das políticas de proteção social mais importantes do Estado Brasileiro. De acordo com os dados do Anuário Estatístico da Previdência Social, em 2015 mais de 90% dos municípios brasileiros o pagamento dos benefícios previdenciários foi superior a arrecadação da previdência no próprio município. Sendo que, segundo Barbosa e Costanzi (2009), esse é um fator de destaque no processo de redistribuição de renda da Previdência Social como política pública de proteção social.

No Brasil, as políticas de proteção social foram intensificadas com a promulgação da Constituição Federal de 1988. Conforme Lobato (2016), a partir da Constituição Cidadã, a Saúde, a Assistência Social e a Previdência tornaram-se integrantes da Seguridade Social, baseada nos princípios e diretrizes do Estado Social de Direito que consistem na justiça social, no bem-estar social, solidariedade e na dignidade humana.

Contudo, a partir dos anos 90, por meio das diversas alterações legais, ocorreu a adoção de políticas focalizadas e de proteção seletiva a alguns grupos, não atendendo ao universalismo das políticas de proteção social (FLEURY, 2017). Porém, mesmo diante às alterações legais, que segundo Bercovici e Massoneto (2016) ocorreram para o controle dos gastos públicos, a previdência se destaca como forte instrumento de proteção social, influenciando não apenas os beneficiários, mas também a economia dos municípios.

Por esse motivo, o presente estudo tem como objetivo analisar os benefícios previdenciários na economia dos municípios mineiros durante os anos 2005, 2010 e 2015. A escolha por Minas Gerais se deve a grandes heterogeneidades geográficas, econômicas e sociais, conforme afirma Shikida, Milton e Araújo JR. (2007), o que possibilita ampla análise dos benefícios do RGPS. Ademais, dados do AEPS (2016), mostram que Minas Gerais possui uma cobertura previdenciária de 62,1% da população economicamente ativa (PEA), superior a cobertura do Brasil que representa 58,4% da PEA.

2 | REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Sistema Previdenciário Brasileiro após Constituição Federal de 1988

No Brasil, a formação da Previdência Social pode ser dividida em cinco momentos distintos: 1923 a 1930 a promulgação da Lei Eloy Chaves e a criação das Caixas de Aposentadorias e Pensões (CAPS); 1931 a 1945 o aperfeiçoamento das CAPS com a criação dos Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPS); 1946 a 1963 fim do modelo de capitalização e início do modelo de repartição; 1964 a 1987 criação do Instituto Nacional de Previdência Social-INPS e do Fundo de Assistência do Trabalhador Rural- FUNRURAL; a partir de 1988, a promulgação da Constituição Federal com a implantação do Estado Democrático de Direito e as reformas previdenciárias (SILVA e COSTA, 2016).

As Leis 8.212/91 e 8.213/91 regulamentaram a atuação da previdência em relação aos seus custeios - a partir de recursos provenientes do governo, empresas e trabalhadores - e seus benefícios, respectivamente. Elementos contidos nestas leis, voltados ao bem-estar social, refletiram nas contas da previdência, dando início a uma desestruturação e um retrocesso no sistema previdenciário (BOSCHETTI, 2009).

Para Bercovici e Massoneto (2016), os novos preceitos constitucionais foram abalados pela crise econômica dos anos 90, através de uma política reformista neoliberal. É nesta política que se inicia as pequenas reformas, as quais passam a reduzir os direitos constitucionais referente a previdência até então alcançados. Período que pode ser denominado de retração social, marcado pela Emenda Constitucional nº 20 de 1998, que reformulou os regimes previdenciários, no sentido de estreitamento dos benefícios com a instituição do fator previdenciário e o critério de tempo de contribuição (IBRAHIM, 2011).

Além da EC 20/98, destaca-se também a EC 47/2005 que dispõe sobre novos critérios para base de cálculo das contribuições dos empregados, empresas e entidades a ela equiparadas. Ambas as alterações possibilitaram a elevação da arrecadação e posterior aumento da concessão de benefícios. Outra alteração ocorrida no RGPS, considerada extensão das categorias dos segurados, foi a inclusão da Empregada Doméstica através da PEC 66/2012 (PEC das Domésticas), que foi regulamentada pela Lei Complementar nº150 de 2015.

Ademais, deve-se destacar também, a Lei nº 13.183/2015 que trata da alteração na Aposentadoria por Tempo de Contribuição (ATC) com a implantação da Regra 85/95. Para a não aplicação do Fator Previdenciário, o segurado poderá optar pela Regra 85/95, a qual permite uma aposentadoria integral quando a pessoa atingir a pontuação - somando idade e tempo de contribuição - 85 pontos para as mulheres e 95 para os homens até dezembro de 2018. Constata-se que a Regra 85/95 é transitória até alcançar a totalidade (90 para mulheres e 100 para homens) no ano de 2026. O objetivo da progressividade é acompanhar o aumento da expectativa de vida dos brasileiros. Dessa forma, no curto prazo, a regra é benéfica, pois concede oportunidade ao segurado da não utilização do fator previdenciário, podendo obter sua aposentadoria integral. Contudo, no longo prazo perde o caráter de vantajosa, por necessitar de uma pontuação superior a pontuação inicial.

Porém, não se pode negar que mesmo com todas as alterações e tentativas da redução da proteção social, a previdência constitui numa relevante fonte de renda para os segurados e seus dependentes.

De fato, há dois paradigmas antagônicos da política social no Brasil com diferentes vertentes de estudos. Ferreira e Souza (2008), Giambiagi e Tafner (2010), Ibrahim (2011), Tafner, Botelho e Erbisti (2015) corroboram quanto a representatividade da previdência, para esses autores, os benefícios previdenciários configuram como a base de sustentação da economia de muitos municípios, embora o sistema previdenciário represente um peso significativo para as finanças públicas, o que compromete a sua existência futura.

Sob outra vertente, tem-se Boschetti (2009), Ferraro (2010), Silva e Costa (2016), Lavinias (2017) e Gentil (2017) que também destacam os aspectos positivos da previdência na geração de bem-estar social e a importância dos benefícios previdenciários, porém argumentam a respeito da fragilidade do sistema de seguridade social em prol da ascensão do capital financeiro, acarretando a redução dos direitos sociais. Redução ocasionada pelas reformas da política previdenciária atrelada aos preceitos neoliberais que concretizaram o formato atual da previdência social brasileira.

Neste cenário, que este estudo ganha relevância, podendo trazer elementos confirmatórios, assim como novos elementos que venham contribuir para a reflexão do papel da previdência social e o quanto a redução da cobertura previdenciária pode afetar o bem-estar social e a economia dos municípios, principalmente daqueles mais dependentes do sistema previdenciário.

3 | METODOLOGIA

Esta pesquisa possui uma abordagem quantitativa e caracteriza-se como descritiva, pois buscou-se descrever e interpretar a relação dos benefícios previdenciários e a situação econômica dos municípios mineiros. O campo de observação foram os municípios de Minas Gerais atendidos pela previdência social. A base dos dados utilizada foi dos anos de 2005, 2010 e 2015. Os valores de 2005 e 2010 foram atualizados para 2015 com base no IPCA/IBGE.

Os dados secundários analisados foram extraídos da Fundação João Pinheiro (FJP) - Índice Mineiro de responsabilidade social (IMRS) e das Estatísticas Municipais da Previdência Social.

Ademais essa pesquisa contou com três estágios metodológicos. O Estágio 1 consistiu em analisar os benefícios previdenciários emitidos para os segurados dos municípios de Minas Gerais e a Arrecadação Previdenciária em relação ao PIB municipal, através da variável Representatividade Líquida da Previdência, que pode ser expressa por:

$$RLP = \frac{(\text{Benefício total} - \text{Arrecadação total})}{\text{PIB total}} \quad RLP = \frac{\text{Benefício Líquido}}{\text{PIB total}} \quad (1)$$

A RLP foi analisada nos anos de 2005, 2010 e 2015, para 385 municípios mineiros, sendo que dos 853 municípios, 468 foram excluídos por falta de dados municipais referente a arrecadação previdenciária. No entanto, a utilização da variável “Arrecadação” enriquece o estudo por mostrar o caráter redistributivo da previdência, mesmo que seja para um número restrito de municípios.

Já o Estágio 2 utilizou-se o Sistema de Informação Geográfica – SIG, que segundo Câmara (1998), tem como característica básica a capacidade de tratar as relações espaciais entre os objetos geográficos. O QGIS foi o *software* utilizado para a realização do

mapeamento da distribuição espacial da RLP.

O Estágio 3 caracterizou os municípios de baixa e de alta RLP. Para tal, foi necessário verificar estatisticamente as diferenças dos grupos destacados, com a realização do teste de média não paramétrico, *Mann-Whitney*, já que as duas amostras do estudo se caracterizam como independentes e o teste consiste em comparar as medianas desses dois grupos (HAIR *et al.*, 2015).

Logo, após realizado as confirmações estatísticas, caracterizou-se os municípios dos agrupamentos quanto às suas peculiaridades econômica (formação do PIB municipal, composto pelos Valores Adicionados Brutos-VAB). Os VABs analisados foram: o Agropecuário, da Indústria, dos Serviços e da Administração Pública. Foi analisado também, a Taxa de Emprego Formal dos municípios desses agrupamentos e o Fundo de Participação Municipal (FPM).

4 | RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 Distribuição espacial da RLP em Minas Gerais

Para análise dos aspectos econômicos dos agrupamentos de municípios mais dependentes e menos dependentes da previdência, classificou-se a RLP por intervalos crescentes, conforme tabela 1. Para melhor visualização dos resultados da tabela 1, realizou-se a distribuição espacial da RLP nos mapas de Minas Gerais dos anos de 2005, 2010 e 2015, de acordo com a figura 1.

Intervalo da RLP	Classificação	Quantidade de Municípios 2005	Quantidade de Municípios 2010	Quantidade de Municípios 2015
até 9%	Baixo	203	202	158
10 a 19%	Médio Baixo	117	116	146
20 a 29%	Médio Alto	56	55	57
> 30%	Alto	9	12	24

Tabela 1: Quantidade de municípios por intervalos de RLP nos anos 2005, 2010 e 2015

Fonte: Elaboração própria

Nota-se, de acordo com a figura 1 e com a tabela 1, as variações nas quantidades de municípios que obtiveram maior e menor RLP nos anos estudados. Observa-se que ocorreu baixa alteração na quantidade dos municípios pertencentes a cada intervalo no ano 2005 para 2010, o que condiz com o favorável cenário econômico da época. Ou seja, em momentos de crescimento econômico, a previdência tende a ter menos representatividade nos municípios, haja vista, o aumento da arrecadação previdenciária.

Já em 2015, ocorreu consideráveis mudanças quanto a quantidade de municípios que passaram ter maior RLP, especialmente no primeiro e no último intervalo, o que se justifica pela variação na elevação dos Benefícios Previdenciários Líquidos terem sido superiores as variações do PIB total, consequências de um período de recessão econômica, que reduziu a arrecadação previdenciária, cerca de 4% no primeiro intervalo e de 33% no último intervalo de RLP. A elevação da quantidade de benefícios previdenciários se deu também pelo crescimento do envelhecimento populacional de 2005 para 2015 (9,8% para 14,3%), conforme dados IBGE (2016) e pelo aumento de beneficiários como ocorreu com a PEC das domésticas.

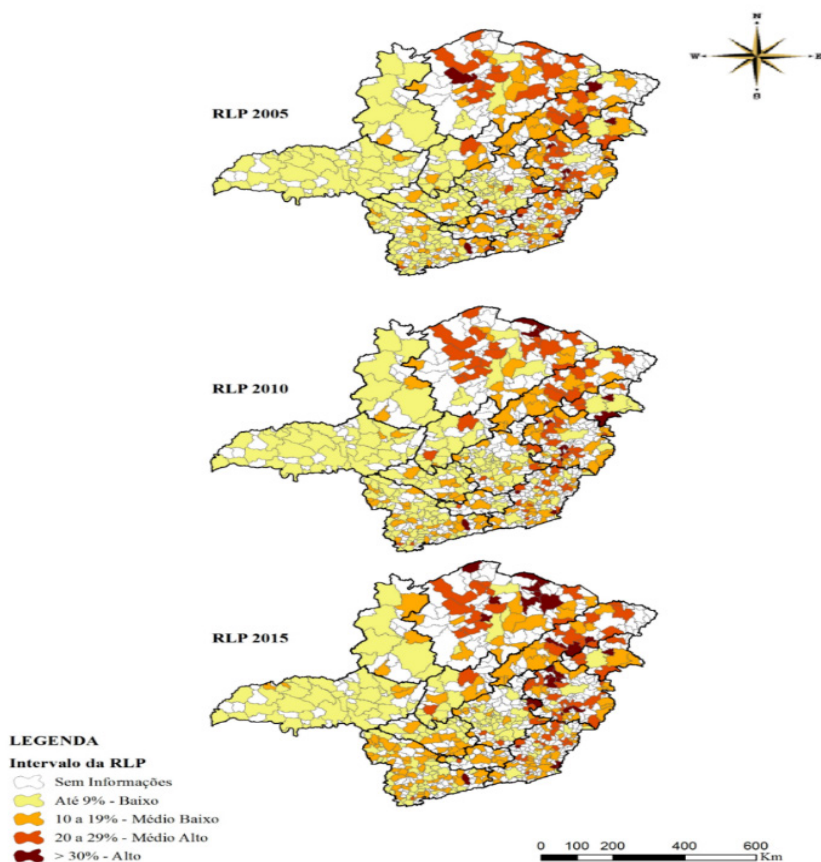


Figura 1: Representatividade Líquida da Previdência – RLP 2005, 2010 e 2015.

Fonte: Resultado da pesquisa com auxílio do *Software* QGI

Esses aspectos explicam o crescimento do número de municípios com maiores RLP para o ano de 2015, além de corroborarem com a análise de que o cenário econômico tem fortes implicações nos municípios quanto a representatividade da previdência. Ademais

os municípios mais dependentes da previdência (RLP Média Alta e Alta) encontram-se espalhados nas mesorregiões Norte de Minas, Jequitinhonha, Vale do Mucuri e Vale do Rio Doce, regiões já caracterizadas com baixos níveis de desenvolvimento e altas desigualdades.

4.2 Caracterização dos agrupamentos dos municípios quanto a RLP

No intuito de caracterizar os grupos de RLP até 9% e de RLP acima de 30%, utilizou-se o PIB municipal segregado nos Valores Adicionados Brutos -VAB (Agropecuário, da Indústria, dos Serviços e da Administração Pública). Usou-se também, a Taxa de Emprego Formal e o Fundo de Participação Municipal- FPM *per capita*, como forma de traçar as particularidades econômicas desses agrupamentos. A tabela 2 mostra o comportamento dessas variáveis.

Medidas de dispersão	RLP em %	VAB Agr/PIB%	VAB Ind/PIB%	VAB Serv/PIB%	VAB Adm. Pub/PIB %	Taxa emprego setor formal %	FPM per capita
2005							
Intervalo de RLP de até 9% (Benefício Líquido/ PIB)							
Média	4,30	14,97	24,68	34,13	15,61	25,82	478,98
Mínimo	-7,33	0,01	3,69	2,79	1,76	8,00	83,85
Máximo	9,89	55,42	93,02	61,44	37,79	66,80	1496,11
Intervalo de RLP acima de 30% (Benefício Líquido/ PIB)							
Média	39,29	15,78	6,10	34,21	37,90	10,84	761,70
Mínimo	30,00	10,71	3,15	29,60	26,94	6,90	321,23
Máximo	67,40	25,59	10,65	42,05	45,30	17,10	1308,80
2010							
Intervalo de RLP de até 9% (Benefício Líquido/ PIB)							
Média	4,61	13,25	26,67	34,83	15,55	30,50	616,91
Mínimo	-4,51	0,01	4,31	4,25	2,47	9,50	105,54
Máximo	9,92	63,69	89,08	58,90	37,94	80,40	1918,64
Intervalo de RLP acima de 30% (Benefício Líquido/ PIB)							
Média	40,71	11,95	6,78	33,44	43,69	11,88	970,14
Mínimo	30,37	6,16	3,49	23,31	31,04	8,60	574,03
Máximo	68,49	24,98	10,43	39,02	48,00	19,80	1294,18
2015							
Intervalo de RLP de até 9% (Benefício Líquido/ PIB)							
Média	5,71	11,03	25,55	38,32	15,47	33,29	635,95
Mínimo	-6,76	0,01	4,30	6,38	3,07	12,60	101,97
Máximo	9,99	53,20	77,73	63,70	37,14	84,90	2047,91
Intervalo de RLP acima de 30% (Benefício Líquido/ PIB)							
Média	35,01	11,68	5,18	35,06	44,12	10,97	889,85
Mínimo	30,75	4,25	3,22	22,39	30,31	6,30	540,48
Máximo	52,88	21,49	10,14	43,84	63,89	21,30	1632,58

Tabela 2: Comportamento das variáveis nos anos de 2005, 2010 e 2015

Fonte: Resultado da pesquisa

Após a realização o teste de médias não paramétrico de *Mann-Whitney* para os dois grupos, ficou constatado que somente as variáveis VAB agropecuário/PIB total e VAB serviços/PIB total não possuíam diferenças, as outras variáveis foram significativamente diferentes.

Com relação as demais variáveis, o resultado do teste não paramétrico mostrou que as variáveis VAB indústria/PIB total e Taxa de Emprego Formal tiveram mais relevância nos municípios com baixa RLP. Quanto as variáveis VAB adm. pública e FPM *per capita* os resultados foram inversos, essas duas variáveis tiveram maiores percentuais nos municípios de alta RLP.

Logo, observa-se que ao longo dos três anos estudados, o intervalo de baixa RLP apresentou elevadas taxas de empregos formais em relação ao intervalo de alta RLP. A taxa de emprego formal elevada, reflete diretamente no aumento da arrecadação previdenciária, o que reduz a representatividade da previdência nos municípios, conforme constata-se neste agrupamento.

Quanto aos Valores Adicionados Brutos, que compõem o PIB, do intervalo de RLP baixa, nota-se que o percentual do VAB Industrial foi o de maior destaque quanto as diferenças entre os dois grupos analisados, apresentando-se elevado nos 3 anos, cerca de 25% do PIB, enquanto o VAB Industrial do último intervalo (RLP alta) apresentou valores médios bem inferiores, cerca de 6%. Confirma-se assim, as maiores médias de VAB Industrial e de Taxas de Empregos Formais para os municípios que menos dependem da previdência.

No intervalo de RLP alta, nota-se características diferenciadas nos três anos, das quais se destaca, elevado VAB Administração Pública, além das baixas médias de VAB Industrial e Taxas de Empregos Formais. Já o VAB Agropecuário e de Serviços não apresentaram diferenças significativas nas médias para os dois grupos, sendo o Agropecuário baixo e o de Serviços elevado em ambos intervalos de RLP.

Para o VAB Industrial e de Administração Pública, mesmo analisando as discrepâncias entre valores mínimos e máximo prevalece elevado o VAB Industrial para o intervalo de alta RLP e o VAB Administração Pública para o intervalo de baixa RLP. Dessa forma, as principais características dos municípios mais dependentes da previdência, na média geral, são os municípios de baixa capacidade industrial e de geração de empregos e de alta dependência dos órgãos públicos, apresentando o VAB Administração Pública, cerca de 40% do PIB total. Ademais esses municípios apresentam os maiores valores de FPM *per capita*, são municípios altamente dependentes dos repasses intergovernamentais e dos empregos da Administração Pública municipal, com pouca capacidade de geração de renda e de postos de trabalho.

Dessa forma, nota-se a fragilidade econômica dos municípios mais dependentes da previdência, o que demonstra o quanto os benefícios previdenciários têm expressão na economia dessas cidades, alavancando o consumo e proporcionando melhores condições

de vida aos seus segurados.

Ademais esses resultados vão de encontro com os estudos de Reis (2012), Ramos e Arend (2012), Lobato (2016), Fleury (2017) e Gentil (2017) que salientam a relevância da previdência social, como parte integrante da seguridade social, capaz de proporcionar melhorias nas condições de vida da população, gerar bem-estar social e ao mesmo tempo argumentam a respeito da fragilidade da previdência e da seguridade como um todo, frente ao cenário econômico e fiscal do país.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises realizadas neste estudo, ressaltou que os municípios que apresentaram a Representatividade Líquida da Previdência-RLP de até 9% com relação PIB municipal (RLP baixa), são cidades que, independente do seu tamanho populacional, possuem grandes aportes industriais, comparativamente aos municípios de RLP alta. Dessa forma, evidenciou que esses municípios se caracterizam por apresentar elevadas taxas de empregos formais, com grande parte da população economicamente ativa empregada, o que alavanca a arrecadação previdenciária e contribui positivamente para a formação do PIB, dois aspectos que possibilitam a redução da RLP. Notou-se ainda, que esses municípios de baixa RLP também dependem pouco do Valor Agregado Bruto da Administração Pública para a formação do PIB total.

Por outro lado, observou-se as características dos municípios que dependem mais da previdência, que são aqueles que integram o intervalo de RLP acima de 30%. Neste grupo, estão os municípios que chegaram a obter benefício líquido (benefício – arrecadação) superior a 50% do PIB municipal. A caracterização desse agrupamento pôde ser notada, nos três anos estudados, principalmente pela baixíssima capacidade industrial e de empregos formais e com elevada participação do Administração Pública na formação do PIB total, além de valores mais elevados de FPM *per capita*. Esses aspectos reiteram a vulnerabilidade econômica desses municípios e a sua dependência dos empregos dos órgãos públicos municipais e mostram o quanto os benefícios previdenciários possuem relevância nestes municípios carentes.

Neste cenário observado, um ponto que merece ser destacar, é a vasta discussão a respeito da reforma da previdência (PEC 6/19), que com a sua materialização, irá trazer fortes reduções dos benefícios previdenciários, favorecendo apenas os aspectos fiscais, o mercado financeiro e a expansão dos serviços privados relacionados a previdência social, resultados da falta de empenho estatal no âmbito da seguridade social.

Em um município pobre, pouco desenvolvido, com baixa capacidade industrial e poucos empregos formais, torna-se necessário analisar cada elemento, como por exemplo, a mudança do sistema de repartição simples para o sistema de capitalização. Estes municípios, em um sistema de capitalização sofreria resultados muito negativos, não

havendo o caráter redistributivo da previdência, dos municípios que mais arrecadam para aqueles que mais recebem benefícios.

Dessa forma, toda alteração precisa ser amplamente discutida, pois, uma vez aprovada, causa prejuízo irreparável a toda sociedade. Logo, é preciso pensar em qual reforma previdenciária seria a mais justa e qual seria esse critério de justiça. Precisa-se considerar que a previdência também é uma política que garante o bem-estar social, pela forma com que ela é estabelecida no Brasil. Na ausência de políticas públicas específicas para atenuar as desigualdades de gênero e amparo ao produtor rural, por exemplo, a previdência torna-se uma política pública que garante outras políticas públicas.

Nesta perspectiva de relevância da previdência para além do segurado, o Governo Federal, os Estados e os Municípios necessitam propor políticas regionais que venham atuar na geração de renda, principalmente dos municípios mais pobres, em caso de redução dos valores dos benefícios previdenciários ou no aumento dos impedimentos legais de acesso a eles.

REFERÊNCIAS

AFONSO, L. E. Aspectos distributivos, aposentadorias e pensões: algumas evidências com o emprego dos microdados dos registros administrativos do RGPS. In: **Anais [...]**. XVIII International Conference in Accounting. SP, p. 1-19. 2018.

BARBOSA, E. D.; COSTANZIL, R. N. Prev. Social e Redistribuição de Renda Intermunicipal. **Boletim Regional, Urbano e Ambiental**. Brasília, v. 21, 2009.

BERCOVICI, G.; MASSONETTO, L. F. **A constituição dirigente invertida: a blindagem da Constituição Financeira e a agonia da Constituição Econômica**. Impactum.uc.pt, 2016.

BOSCHETTI, I. Seguridade social no Brasil: conquistas e limites à sua efetivação. Conselho Federal de Serviço Social (org.). **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CEAD/Ed. UnB, 2009.

BRASIL. **Anuário Estatístico da Previdência Social, 2016**. Disponível em: <http://www.previdencia.gov.br/wp/uploads/2018/01/AEPS-2016>. Acesso em: 20 set. 2018.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em 27 set. 2018.

BRASIL. Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991. **Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8213_cons.htm. Acesso em 19 set. 2018.

BRASIL. Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991. **Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8212.htm. Acesso em 19 set. 2018.

BRASIL. Lei Ordinária nº 13.183, de 04 de novembro de 2015. **Dispõe sobre alterações nas leis nº 8.212 e 8.213 e dá outras providências.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/Ccivil/Ato2015-2018/2015/Lei/L13183.htm>. Acesso: 19 set. 2018.

BRASIL. Lei Complementar nº 150, de 01 de junho de 2015. **Dispõe sobre o contrato de trabalho doméstico e dá outras providências.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp150.htm. Acesso em 30 set. 2018.

BRASIL. **Emenda Constitucional 20/1998.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc20.htm#art195i. Acesso em: 27 set. 2018

BRASIL. **Emenda Constitucional 47/2005.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emc/emc47.htm. Acesso: 27 set. 2018

BRASIL. **Proposta de Emenda Constitucional 06/2019.** Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2192459>. Acesso em: 16 maio 2019.

CÂMARA, G.; MEDEIROS, J.S. Geoprocessamento em Projetos Ambientais. **Tutorial Apresentado no Congresso GIS Brasil 1998.** Disponível em: <http://www.dpi.inpe.br/cursos/gisbrasil/>. Acesso em: 27 set. 2018.

FAGNANI, E. **O fim do breve ciclo da cidadania social no Brasil (1988-2015).** Texto para discussão. Unicamp. IE, Campinas, n. 308, jun. 2017.

FERRARO, S. A. **O equilíbrio financeiro e atuarial nos regimes de previdência social.** Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2010.

FERREIRA, C. R.; SOUZA, S. de C. I. de. Aposentadorias e pensões e desigualdade da renda: uma análise para o Brasil no período 1998-2003. **Revista de Economia Contemporânea**, v. 12, n. 1, p. 41-66, 2008.

FLEURY, S. **A seguridade social inconclusa.** Disponível em: <http://app.ebape.fgv.br/comum/arq/Seguridade.pdf>. Acesso maio/2017.

GENTIL, D. L. A previdência social 'paga o preço' do ajuste fiscal e da expansão do poder financeiro. **Revista da ABET**, v. 16, n. 1, set./out. 2017.

GIAMBIAGI, F.; AFONSO, L. E. Cálculo da alíquota de contribuição previdenciária atuarialmente equilibrada: uma aplicação ao caso brasileiro. **Rev. Bras. Econ.** Rio de Janeiro, v. 63, n. 2, p. 153-179, jun. 2009.

GIAMBIAGI, F.; TAFNER, P. **Demografia: Uma ameaça invisível - o dilema previdenciário que o Brasil se recusa a encarar.** Rio de Janeiro: Campus- Elsevier, v. 01. 198p. 2010.

HAIR JR., J.; ANDERSON, R. E.; TATHAM, R. L.; BLACK, W.C. **Análise Multivariada de Dados.** 5ª. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.

IBGE. **Síntese de Indicadores Sociais (SIS): uma análise das condições de vida da população brasileira 2016.** Rio de Janeiro: IBGE, 2016.

IBRAHIM, F. Z. **A Previdência Social no Estado Contemporâneo- Fundamentos, Financiamento e Regulação**. 1ª. ed. Rio de Janeiro- Impetus, 332p. 2011.

IMRS. **Fundação João Pinheiro**. Disponível em: www.imrs.fjp.mg.gov.br. Acesso em 13 set. 2018.

LAVINAS, L; ARAUJO, E. Reforma da previdência e regime complementar. **Brasil. J. Política e Economia**. São Paulo, v. 37, n. 3, p. 615-635. Jul. 2017.

LOBATO, L. V. C. Políticas sociais e modelos de bem-estar social: fragilidades do caso brasileiro. **Saúde e Debate**. v.40, n. especial, p.87-97. 2016.

RAMOS, M. P.; AREND, S. C. O impacto da reforma da previdência rural brasileira nos arranjos familiares: uma análise para entender a composição dos domicílios dado o aumento da renda dos idosos. **Rev. Bras. Estud. Popul.** São Paulo, v. 29, n. 1, p. 67-86. jun. 2012.

REIS, P. R. da C. **Política pública de previdência social e o nível de bem-estar: impacto sobre as famílias e municípios de Minas Gerais**. 191f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2012.

SHIKIDA, C. D.; MILTON, R.S.A.; ARAUJO JR, A. F. Existe *trade-off* entre bem-estar e desigualdade? Um estudo de caso dos municípios mineiros. **Revista de Economia e Administração**. v. 6, n. 3, p. 99-138, 2007.

SILVA, L. S; COSTA, T. M. T. A Formação do Sistema Previdenciário Brasileiro: 90 anos de história. **Administração Pública e Gestão Social**. v. 8, n. 3, p. 159-173. 2016

TAFNER, P.; BOTELHO, C.; ERBISTI, R. (org.). **Reforma da Previdência: A visita da velha senhora**. 1ª. ed. Brasília: Gestão Pública. 301 p. 2015.

VIANNA, M. L. T. W. **A americanização (perversa) da seguridade social no Brasil: Estratégias de Bem-estar e políticas públicas**. Rio de Janeiro: Revan, 1998.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Abastecimento 9, 294, 297, 308, 309, 310, 311, 312, 316, 317

Acurácia dos dados 103, 144

Agricultura Familiar 9, 293, 294, 295, 298, 299, 300, 301, 305, 306, 307, 308, 311, 313

Aprendizagem 7, 8, 73, 79, 92, 116, 123, 158, 163, 168, 169, 170, 171, 179, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 195, 196, 197, 198, 200, 201, 203, 204, 205, 206, 208, 209, 238, 265, 266, 267, 268, 276, 277, 279, 291

Avaliação Externa 7, 186, 188, 189, 190, 191, 192

B

Benefícios Previdenciários 8, 253, 254, 255, 256, 258, 260, 261, 262

Bibliométrico 121, 280, 291

Branding 16, 17, 30, 31, 32, 36, 41, 42, 43

Burocracia 8, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 239, 277

C

Capacitação 7, 170, 176, 177, 178, 179, 181, 182, 183, 184, 185, 200, 250, 269, 270, 271, 272, 273, 274

Celeridade 8, 240, 242, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 269, 278

Cluster 7, 231, 280, 281, 282, 283, 284, 286, 287, 289, 290, 291, 292

Competência 19, 32, 89, 95, 98, 104, 198, 202, 208, 212, 216, 227, 271, 272, 275

Competitividade 64, 86, 89, 94, 98, 115, 116, 122, 129, 150, 174, 180, 192, 280, 281, 282, 287, 289, 291, 293, 294, 297, 298, 305

Conhecimento 5, 7, 8, 16, 19, 32, 42, 53, 57, 60, 63, 67, 79, 89, 90, 91, 94, 95, 97, 98, 99, 100, 101, 115, 116, 117, 118, 119, 121, 122, 123, 124, 125, 127, 153, 154, 178, 180, 182, 184, 186, 191, 196, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 205, 206, 207, 208, 214, 248, 251, 265, 266, 267, 268, 271, 272, 273, 274, 275, 276, 277, 279, 290, 309, 316

Consumo de Vestuário 1, 10

Contabilidade 56, 57, 58, 59, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 119, 146, 147, 148, 270, 273, 283, 291

D

Deral 293, 294, 295, 296, 297, 298, 299, 300, 301, 303, 304, 305, 307, 308

Desenvolvimento 6, 7, 8, 4, 20, 25, 26, 27, 45, 46, 49, 52, 55, 57, 60, 61, 64, 65, 66, 69, 72, 74, 75, 77, 80, 86, 87, 88, 89, 90, 93, 94, 99, 100, 101, 105, 115, 116, 117, 121, 122,

123, 124, 126, 150, 154, 155, 172, 176, 178, 181, 183, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 198, 199, 202, 203, 206, 207, 222, 227, 230, 232, 238, 240, 251, 259, 267, 271, 272, 273, 274, 278, 281, 282, 283, 288, 291, 292, 295, 300, 307, 308, 312, 317

Design Gráfico 30

Desigualdade 8, 225, 226, 230, 233, 236, 238, 239, 263, 264

DNA Corporativo 6, 30

Docência 198, 199, 200, 204, 205, 208, 209

E

Economia 8, 9, 31, 34, 45, 50, 72, 79, 80, 85, 87, 100, 119, 129, 131, 132, 164, 253, 254, 255, 256, 260, 263, 264, 271, 290, 291, 293, 294, 296, 297, 298, 302, 306, 307, 308, 311, 316

Eficiência 8, 45, 66, 71, 91, 92, 93, 103, 112, 124, 133, 135, 139, 141, 145, 152, 161, 163, 211, 212, 228, 240, 241, 242, 246, 251, 270, 282, 311

Empoderamento 6, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 155, 173

Empreendedorismo 149, 150, 151, 152, 154, 155, 157, 170, 172, 173, 174, 176, 179, 183, 185, 281

Empreendedorismo Feminino 149, 150, 151, 154, 155, 172, 173, 174

Empresa 19, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 38, 39, 40, 41, 42, 56, 57, 58, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 71, 72, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 83, 84, 87, 88, 89, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 115, 116, 117, 122, 123, 124, 127, 128, 129, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 143, 144, 145, 146, 151, 156, 157, 161, 163, 169, 172, 173, 176, 180, 181, 184, 267, 290, 310, 311

Empresas 6, 12, 19, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 41, 42, 44, 56, 57, 58, 63, 65, 66, 67, 68, 69, 73, 75, 77, 78, 79, 80, 85, 86, 87, 89, 93, 94, 95, 96, 98, 100, 101, 119, 121, 122, 125, 127, 129, 131, 132, 133, 134, 135, 144, 145, 146, 147, 152, 156, 157, 163, 171, 174, 175, 178, 179, 180, 182, 183, 185, 222, 223, 255, 267, 279, 281, 282, 283, 286, 291, 296

Estratégias 5, 6, 12, 16, 17, 25, 30, 31, 36, 40, 42, 52, 56, 63, 64, 69, 71, 74, 75, 76, 78, 79, 80, 81, 82, 84, 86, 88, 89, 92, 94, 97, 99, 101, 103, 115, 118, 122, 123, 134, 173, 179, 184, 186, 187, 190, 191, 192, 195, 200, 201, 205, 206, 208, 264, 266, 282, 308, 313

G

Gênero 29, 149, 150, 151, 154, 155, 156, 157, 158, 162, 163, 167, 169, 170, 171, 172, 174, 201, 215, 221, 262

Gestão de Pessoas 6, 86, 88, 89, 95, 99, 101, 176, 177, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 272

Gestão de Processos 265, 267, 275

H

Habilidades 8, 82, 90, 93, 96, 97, 117, 122, 123, 124, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 178, 179, 186, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 195, 196, 198, 206, 208, 271, 272, 273

Hortigranjeiros 310, 311, 312, 314

I

Inovação 6, 66, 86, 87, 88, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 116, 125, 152, 153, 155, 173, 174, 181, 198, 200, 208, 213, 242, 275, 279, 280, 282, 287, 288, 289, 290, 291

Instituição 51, 88, 117, 201, 207, 211, 217, 220, 221, 222, 233, 238, 240, 241, 243, 246, 247, 248, 249, 250, 252, 255, 309, 310, 311, 313, 316

Invisibilidade 6, 44, 45, 53

M

Marketing 2, 5, 6, 2, 12, 14, 15, 32, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 77, 78, 79, 81, 82, 84, 85, 125, 179, 180, 184, 185, 223, 224, 290

Metáfora Contextual 6, 16, 17, 18, 19, 27, 28

Metodologia 6, 5, 16, 19, 30, 31, 32, 34, 35, 36, 37, 41, 42, 45, 95, 101, 105, 155, 182, 183, 187, 202, 206, 211, 215, 224, 252, 256, 267, 269, 273, 279, 280, 283, 285, 289, 297, 307

Mídias Sociais 56, 57, 58, 61, 62, 63, 64, 66, 67, 70, 72, 73

N

Negro(A) 44, 46, 53

P

Perfil do empreendedor 149, 151, 157, 158, 162, 163, 172

Pregão Eletrônico 8, 240, 242, 244, 247, 248, 250, 251

Publicidade 16, 17, 19, 26, 27, 28, 44, 52, 53, 54, 63, 71, 72

R

Recursos Financeiros para a Saúde 102

Rendimento Escolar 48, 236, 238

S





Slow Fashion 6, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15

T

Treinamento 41, 66, 67, 86, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 96, 97, 98, 99, 100, 117, 122, 123, 124, 250, 251, 267, 270, 271, 272, 274, 275

U

Universidade 8, 1, 16, 28, 29, 54, 55, 86, 101, 102, 115, 121, 128, 149, 155, 172, 178, 185, 197, 198, 204, 209, 210, 211, 215, 216, 221, 224, 240, 251, 253, 264, 280, 293, 307, 308, 309, 317, 318

 www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br
 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

ESTUDOS ORGANIZACIONAIS: SOCIEDADE E MARKETING E CADEIAS PRODUTIVAS

 www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br
 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

ESTUDOS ORGANIZACIONAIS: SOCIEDADE E MARKETING E CADEIAS PRODUTIVAS